



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Mas essas doações oficiais, pelo que o senhor falou há pouco, elas eram vinculadas a esse percentual...?

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Eram vinculadas. Algumas eram. Não todas as obrigações nossas foram vinculadas... é... todas as doações foram vinculadas a... eventos ou a obras ou a promessas. Não teve isso. Não é uma coisa generalizada.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Não, eu estou perguntando...

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): No caso de Belo Monte?

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Eu estou perguntando especificamente quanto ao Partido dos Trabalhadores e a campanha...é...

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Sim. O que aconteceu em 2014?

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Sim.

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Podemos então versar sobre isso agora? É... Em 2014, nós fizemos uma doação... é... total para o Partido dos Trabalhadores, de R\$ 35.680.000,00 dos quais R\$ 20 milhões, diretamente para a campanha... é... o comitê – não sei exatamente o nome –, mas o comitê de campanha da Presidente Dilma –, e R\$15.680,00, para a Direção Nacional do PT. Desses R\$15.680,00 direcionados ao Partido dos Trabalhadores ao Diretório Nacional, o Diretório Nacional pegou R\$1 milhão da Andrade, que a Andrade tinha doado, e direcionou também – R\$1.025.000,00 – e direcionou para a campanha da Presidente Dilma, o que, na hora que olhar o total



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

direcionado da Andrade Gutierrez para a campanha da Presidente Dilma, dá um total de R\$ 21.025.000,00.

Qual o detalhe? Porque houve uma grande polêmica – grande polêmica, com os arrecadadores da campanha da Presidente Dilma, que eram o Edinho e o Giles –, que eles começaram a reclamar muito, em agosto, que nós não estávamos dando dinheiro para a campanha, não tinha dado, diretamente, nada. Realmente, não tinha dado nada, Não quer dizer que não iríamos dar. Nós já estávamos planejados, mas nós estávamos atrasando todas as doações, inclusive dos candidatos concorrentes também; mas nós estávamos atrasando as doações para que a gente deixasse aquele quadro Marina e Eduardo Campos/Eduardo Campos e Marina se definir um pouco mais, porque nós tínhamos pesquisa que mostrava o crescimento deles. Então, nós queríamos saber o tanto que aquilo ali iria afetar o quadro final dessa dessa eleição. Acontece que com o falecimento do Eduardo em, acho que é 12 de agosto, por aí, o quadro se caracterizou mais fortemente, logo depois. A Marina chegou a subir, mas já... projeções já mostravam que seriam a Dilma e o Aécio no segundo turno.

Como o total das nossas contribuições no ano já tinha sido definido em R\$104 milhões – e isso é muito dinheiro –, nós tínhamos uma gestão sobre essa aplicação desse dinheiro de uma maneira, assim, bastante... é... bastante firme. Porque é óbvio que os pedidos chegavam a cada minuto.

É... o Senhor Edinho... o Senhor Giles, ele ligou para o Flávio Machado, que é o... é uma pessoa institucional – o Flavio Barra é da área de negócios de energia, o Flávio Machado era da área institucional. Ligou para Flávio Machado, e, muito bravo, e dizendo que isso era um absurdo, nós somos parceiros da Andrade, parceira do governo, não doa nada e não sei o quê. Então houve... é... o Flávio ficou preocupado, me transmitiu, e eu marquei uma reunião aqui em São Paulo, com o Edinho e com o Vaccari. E essa reunião aconteceu aí por volta de vinte, e vinte e poucos de agosto de 2014 – eu tenho a data exata, se precisar. E



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE

Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

10 DE SETEMBRO DE 2016

nessa reunião eu expliquei para o Edinho que nós tínhamos um planejamento de doação. E ele, muito nervoso – porque eu acho que a campanha devia estar com problema financeiro. E eu... e ele disse que a... o que tinha sido definido pra nós era uma contribuição de R\$100 milhões para a campanha da Dilma.

Eu falei:

– Cara, você não sabe, você não tem ideia do que você está falando. O total, para todos os candidatos, o limite da Andrade, é cento e quatro. Nós vamos usar o limite esse ano e óbvio que isso aí não vai ser tudo pra campanha da Dilma. É óbvio que não vai ser.

Então eles têm candidatos a deputados, senadores, deputados estaduais, têm governadores, têm... têm outros candidatos a presidente da República, não é assim. E, muito insistente, e dizendo que nós não tínhamos feito contribuição nenhuma.

Na verdade, nessa data, já tinha havido uma transferência de R\$1 milhão, feita no dia 14 de julho, parece, ou 10 de julho, do Diretório Nacional para a campanha da Dilma. E na prestação de contas, está lá... é... é a transferência no valor de R\$1 milhão, onde é uma doação, a Andrade Gutierrez como originária. Então, o doador o partido, e a Andrade Gutierrez como originária.

Bom, da onde que vem esse R\$1 milhão? Vem de março de 2014 – que não era período eleitoral. Por quê que que nós fizemos a contribuição de um milhão em março? Porque nós estávamos sofrendo pressão para cumprir obrigações dos acordos de contribuição dos 1% aí de cada projeto. Então esse um milhão feito em março em duas parcelas de quinhentos mil, em julho, já no período eleitoral, foi transferido pra campanha da Presidente Dilma.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Mas, especificamente, com relação ao total que foi diretamente pra campanha da Presidente Dilma...



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE

Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Então não foi vinte, foi vinte e um, porque esse um...

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Mas, dos outros vinte, esses vinte estavam, formal ou oficialmente, vinculados a esse acordo de vocês?

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Olha, eu...

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): É... Havia desconto?

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Não, não havia – não havia e não há; não houve, não houve – em nenhum momento, uma contabilidade paralela para dizer: esse tanto de dinheiro aqui é do... é... é... é... é... é... é do PT Berzoini, esse aqui é do PT Palocci, esse aqui é do PT Dilma... não é assim... do PT Vaccari... não. É do PT. É do PT. Então, é... não... não existia, não há como você, dentro do caixa, nem... nem... nem que esse dinheiro aqui é do PT e esse aqui é do PSDB; é caixa, tá no caixa da companhia, a companhia tá investindo na... na... na... na parte... é... na... na... em apoiar o processo eleitoral, fez... fazendo as doações, porém a origem dos recursos do PT e parte dos recursos do PMDB – o PMDB teve uma doação total de vinte e poucos milhões também em 2014. Parte do recurso do PMDB veio de Belo Monte; parte dos recursos do PT veio de Belo Monte e da combinação com o Berzoini. Agora, o único que eu... que eu... o... o único assim que certamente veio de origem dessa... dessa... dessa, vamos dizer, desse... desses pedidos, desses acordos firmados com o Berzoini e com o Palocci, assim, carac... bem caracterizado, é esse um milhão. Porque ele aconteceu em março, com pedido deles, do PT – aí, no caso, do PT, especificamente – e... e pra outros partidos. Por exemplo, nós contribuímos pro PSB; nós contribuímos pra dezenas de partidos, pro PSDB...



SJD
SECRETARIA JUDICIARIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Mas o orçamento para a campanha de 2014, segundo o que foi falado, era de R\$ 104 milhões.

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): O total.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Total. Muito bem. Esses vinte...

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Da Dilma, seria dez.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): E foram...

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Vinte, direto.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Vinte, direto.

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): E mais um, indireto.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Mas seriam... seriam dez?

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Isso.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Dez milhões. E... e...

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): E o que aconteceu foi que os dez nós depositamos em 29 de agosto de 2014, e aí depois, no dia seguinte, dois dias... três dias depois que eu fiz esse depósito, que eu mandei fazer esse depósito, eu recebi uma pressão horrível do Giles, e aí eu fui a Brasília



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

– acho que uma semana depois –, fui a Brasília no Comitê Central do PT, junto encontrei lá o Edinho e o Giles, expliquei pra eles, inclusive, a questão dos recursos vinculados que a gente estava doando regularmente, sempre doando ao PT. E que isso entrava nos nossos limites. Se esses recursos vinculados não entrassem, tudo bem, mas entravam, eles entravam na combinação e no dinheiro total da nossa campanha, né? Limite. Limite é finito, né?

É... e eles foram bem pesados, vamos dizer, na expressão de dizer que era... era uma profunda frustração não... não... a Andrade Gutierrez... um grande grupo como a Andrade Gutierrez, fazer uma contribuição só de dez milhões. E... e como a gente conhece bastante essa lide política, nós fizemos isso, realmente, para, pra ver, né, como é que ia desenvolver nos candidatos e, ao mesmo tempo ir testando as água ali, pra ver até aonde é que a gente teria que ir realmente.

E... e aconteceu que a pressão realmente foi tão grande que, meados de setembro, vinte e poucos de setembro, nós fizemos uma nova doação, de R\$5 milhões. Não apaziguou os ânimos, pelo contrário. Queriam, e forçando, forçando e forçando. E aí, por volta de vinte e três de outubro, a gente fez mais duas parcelas, uma de dois e uma de três milhões. E isso tudo já estava fora do nosso planejamento. Nós realmente deixamos de fazer contribuições para fazer contribuições ao PT.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Qual foi a contribuição aos candidatos...

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Ao Aécio, foi doze milhões e qualquer coisa – eu tenho o número exato aqui. Se o Senhor quiser, eu posso pegar aqui. É doze milhões e seiscentos, parece. E, para a Marina, é... foi dois milhões e pouco... O PSB, foi três milhões e trezentos pra candidata; diretamente ao Diretório Nacional foi dois milhões.



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadora de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Como que o Senhor atribui esses vinte milhões – vamos fazer por enquanto um milhão (inaudível) tem uma rastreabilidade diretamente vinculante ao percentual de propina da Petrobras. Como é que o Senhor caracteriza que houve uma doação de doze milhões ao PSDB e vinte milhões ao Partido dos Trabalhadores, um seria maculado por corrupção, e o outro... um seria parte do jogo político tradicional, porque imagino que não é a primeira vez que... não foi a primeira vez que a Camargo Corrêa...

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente):
Andrade...

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Desculpe. A Andrade Gutierrez fez doação a partido político, faria doação, segundo planejamento, de R\$104 milhões, e separaria...

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): O joio do trigo.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Isso.

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Simplesmente é você ter ou não ter compromisso vinculado. Nós não tínhamos com o candidato Aécio nenhum projeto, nenhuma... nada em execução, nada, nada, nada. Não tínhamos nada, não tínhamos compromisso, em 2014, pelo menos que eu saiba, nenhum compromisso que levasse a uma doação... é... vinculada a obra, a projeto, não existiu isso. Não existiu isso.

Como não existiu pro PMDB – com exceção desse projeto, de Belo Monte –, também não existiu. E Belo Monte, pro... que eu me lembre, não sei se eu tenho de cabeça aqui, talvez eu não tenha, não sei se o meu advogado tem, ele não pode falar, mas... mas eu tenho a impressão que Belo Monte, em 2014, foi coisa, no



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

PMDB, sei lá, coisa de R\$2 milhões ou R\$3 milhões, uma coisa assim... Eu não... eu não... sinceramente eu não tenho o número aqui. Mas é... e nós doamos mais de R\$20 milhões pro PMDB – que também não tínhamos, não tinha (ininteligível).

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Vinte milhões foram para a campanha do PMDB?

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Campanha... campanha... nós dávamos...

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Vocês doaram vinte milhões para a campanha da... do...?

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Não. Aí não é justa a comparação. É: trinta e cinco, seiscentos e oitenta para o PT, incluindo a Dilma, e vinte e poucos milhões, vinte e um ou vinte e dois milhões, para o PMDB. Se o Senhor quiser comparar, ele tinha um candidato a vice-presidente também, né? Então, nós doamos pro Diretório Nacional é... R\$1 milhão para o vice-presidente, quer dizer, para que fosse... pra campanha do vice-presidente.

É... agora, só que o PMDB, ele... além de ter candidatos a governadores, além de ter candidatos ao Senado, deputados e tudo o mais, é o maior partido que tem no Brasil, é o partido que tem o maior número de candidatos, é o partido que tem maior bancada – no Senado e na Câmara. E natural que seja um partido que a gente tenha – todas as empresas tenham – uma... quando essas contribuições eram permitidas, uma contribuição relevante, mas não relevante a ponto de ultrapassar os partidos que tinham candidato a presidente.

Por exemplo, o PSDB, pro candidato Aécio, foi doze milhões e qualquer coisa, mas para o partido foi trinta e três milhões. Foi bem próximo do PT.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Foi mais do que...



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE

Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

15 DE SETEMBRO DE 2016

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): No total. Não, no total foi bem próximo.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Porque nos dados que o Senhor passou, aqui, que eu anotei, para a campanha da presidência...

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Quinze milhões pro PT.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): É, então, proporcionalmente...

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Proporcionalmente, o PT, vamos dizer, o PSDB ficou com mais ou menos vinte e um milhões e o PT com quinze milhões e qualquer coisa. Com uma diferença, é que... eles, em termos da campanha da Presidente Dilma, a campanha da presidente que tinha os vinte milhões, que eram oito milhões, sete milhões e meio a mais do que a outra campanha, eles também tinham ali... A campanha não acontece no Brasil, a campanha acontece na televisão e no local, né? E o local, ali, sempre vinculado à campanha de um governador, campanha de um senador, a campanha de deputados, federais e estaduais. Tanto que, por exemplo, a grande vitória que o PT teve foi em Minas Gerais, que era o... como é que fala, o curral eleitoral do Aécio; e o Aécio perdeu em Minas, onde, realmente, houve uma campanha bem sucedida do PT, com apoio da presidente da República. Senão, não ganharia.

A Dilma teve uma vitória estrondosa em Minas Gerais. Aquilo, óbvio, tá casado, ali, com o governador, com a...

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Doutor Flávio.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE CASAR PEREIRA (advogado pela Coligação Muda Brasil): Advogado dos representados. Só uma pergunta: é... a



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE

Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

origem da doação ao candidato a vice-presidente que o senhor falou, ela se insere dentro daqueles vinte milhões do PMDB, de doação voluntária para a Andrade?

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Isso. Totalmente voluntária.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE CASAR PEREIRA (advogado): Obrigado.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Ministro, Flávio Caetano, advogado da Presidenta Dilma Rousseff.

O Senhor Otávio Azevedo disse em um momento do depoimento que, quando o Senhor Vaccari foi cobrado, ele disse que – esse foi o termo usado aqui, a expressão usada aqui: “eleição é comigo”. Eu queria que ele explicasse aqui o quer dizer “a eleição é comigo”. Pelo que eu entendi, a outra conversa não era com ele...

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): É... “eleição é comigo” pelo seguinte: como é um grupo empresarial, a Andrade, havia no grupo 230 mil funcionários, a Andrade, inclusive – basta ver as revistas empresariais de economia –, o Grupo Andrade Gutierrez era o maior empregador empresarial do Brasil aí, nos últimos sete anos, privados. O maior empregador privado. Nós tínhamos centenas de executivos, diretores executivos, nós tínhamos milhares de gerentes e superintendentes. De modo que uma empresa capilarizada em todos os estados, além do exterior, essa empresa, se não tiver, nesse momento local de eleições, não tiver uma ordenação – porque, para fazer uma doação política, um executivo nosso, lá, de uma das empresas nossa, lá no Maranhão, pode fazer, como pode fazer o do Mato Grosso e a gente ficar sabendo depois na prestação de contas. Existem muitas autonomias para os executivos.

Então, eleição, a partir de 2010, o grupo resolveu centralizar a gestão das doações eleitorais. Então, eleição, as doações eleitorais, elas eram



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

demandadas por várias áreas da companhia e essas demandas vinham consolidadas para mim. E lá a gente avaliava, eu avaliava – e aí eu chamava os presidentes das unidades pra avaliar se aquilo ali ia ficar assim, ou não, como é que ia ser realmente feito.

E, muitas vezes, as demandas eram muito maiores do que a possibilidade. Às vezes, a possibilidade é de caixa, ou possibilidade legal, porque a prioridade sempre foi fazer a nossa participação nas eleições. Sempre. Eu nunca participei – a não ser de dois eventos – em elaborar contratos ou serviços para complementar doações eleitorais. O resto tudo, durante quatro eleições: dez, doze e quatorze – três eleições – foram doações eleitorais dentro do princípio legal.

Agora, as demandas vinham das áreas contaminadas por pedidos. É isso que eu falava aqui. Quando vinha contaminada por serviço, quando vinha dessas duas origens, por exemplo, chegava pra mim como doação eleitoral e tinham lá as obrigações já consolidada ali dentro. E parte disso aí vinha da obrigação de Belo Monte e parte da obrigação que foi contraída com Ricardo Berzoini.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): A empresa tinha uma política de doações? Deixe-me fazer explicar melhor. Vamos doar no teto do que pode ser doado; vamos doar tantos por cento para a campanha presidencial, tantos para estaduais, tanto para deputado e tanto para senador. Queremos dividir entre tais partidos. Existia uma política de doação?

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Existia. A política nunca foi uma política escrita, mas, a partir do momento em que eu assumi essa responsabilidade, que ficou definido é que só iríamos doar para diretórios nacionais, seja em que eleição for – inclusive eleição de 2012, 12, 8, né, essas eleições municipais. Sempre será para diretórios nacionais, para o partido, a doação será para o partido e o partido lá distribui do jeito que ele quiser.



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadora de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

Então, essa era a principal orientação. E foi assim que a gente conduziu 2014 – foi conduzido assim. Se tiver uma ou outra doação que não seja para o diretório nacional dos partidos, de todos os partidos, é por algum equívoco na hora de fazê-la. Mas 99,9% foi feito aos diretórios nacionais.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): E qual o critério para a escolha das agremiações partidárias?

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): O critério é de representação política. Quer dizer, a decisão de participar é uma decisão que não foi minha, de ser... vamos... eu ser presidente da Companhia? Não. É decisão do grupo empresarial de dizer: nós somos uma empresa grande, que participa da vida social e econômica do Brasil e existe um processo de representação da sociedade através das eleições, e é assim que as empresas podem participar.

Então, com exceção das doações para os comitês dos presidentes da República, o resto foi tudo dirigido para o diretório nacional. E a nossa intenção em 2014 era de realmente fazer uma participação equilibrada entre a candidata Dilma e o candidato Aécio. Não era fazer essa diferenciação.

Então, o Aécio também chegou... era pra ser 10 também, chegou a 12, e a Dilma Chegou a 21. Entendeu? Então, descolou, vamos dizer assim.

Mas, a escolha era escolha de representatividade. Nós contratávamos pesquisas, essas pesquisas elas nos davam *guidance*, nos davam a direção onde que a população tava olhando; e isso ajudava.

Vou dar um exemplo. É... não vou citar o nome, porque não é o caso aqui. Mas, em São Paulo, a eleição para governador tinham candidatos que... um candidato especificamente, que estava despontando, mas que as pesquisas mostravam ele em terceiro e quarto lugar. Não demos um tostão. Zero. Então...



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenação de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): É... além... dentro dessa política de como se distribuía entre as agremiações partidárias, na eleição de 2014, quando foram feitos os pagamentos para as campanhas presidenciais...

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Em dois mil...?

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Dois mil e quatorze. É a última, não é? Objeto dessa ação.

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Sim (ininteligível)

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): O senhor se lembra se começou o pagamento à candidatura do Aécio Neves e depois à candidatura da Dilma, ou se eles foram contemporâneos no mesmo dia? Quem veio antes, quem veio depois?

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Não. Olha, houve coincidências, mas a campanha do Aécio Neves recebeu recursos eleitorais primeiro do que a campanha da Dilma. Sabe? Porque a campanha do Aécio, eles pediram – nós definimos dez milhões e eles pediram para fazer doações menores. Então, nós fizemos muitas doações menores, tá? E assim que foi feito.

Agora... mas... julho, agosto... sendo que nesse dia dos 29 de agosto, foi feito os dez milhões para Dilma, foi feito também – não sei se oito milhões, uma coisa assim – foi feito um valor grande pro Aécio.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): E antes de ser feito esse primeiro pagamento à campanha Dilma/Temer, havia sido feito algum outro pagamento para a campanha – até então Eduardo Campos era vivo, não é? Algum pagamento para Eduardo Campos e Marina Silva?



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

1º DE SETEMBRO DE 2016

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Não.
Não.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Não. Só Aécio Neves?

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Só.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Por ultimo, acho que já foi falado, mas eu queria esclarecer, a origem, dentro da companhia, o caixa. Das doações feitas tanto a Aécio, como à Dilma, como à candidatura da Marina Silva, a origem é a mesma, é o mesmo caixa – não sei se é conta ou caixa, não sei como isso contabilmente se explica dentro da empresa.

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): É... não houve, que eu tenha conhecimento, não havia também... nunca tive conhecimento que fosse diferente, mas não havia uma separação: aqui tá no caixa, esse é o caixa tal, esse é o de Zé, de Mané. Não, não havia. Caixa é o caixa da Companhia, único, da Companhia. Isso, sempre lembrando que isso dentro do universo da Construtora Andrade Gutierrez, né? Então, a Construtora tem um caixa único e as unidades de negócio se reportavam à demanda de caixa a caixa centralizado da Construtora Andrade Gutierrez.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Quem era o responsável pelos pagamentos dentro da empresa? O nome do... não sei se era diretor, o vice-presidente, ou...

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Quem fazia os pagamentos lá?

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): É. Quem que era o...?



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE

Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente):
Fernando Vasconcelos.

Tem... tinha uma outra pessoa, só para complementar, viu?

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rouseff): Sim, sim.

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Só para complementar a resposta. Tinha uma outra pessoa, que eu não sei... É... eu to me lembrando porque eu fiz consulta ao TSE e vi alguns recibos, não sei se todos foram assinados por ele, mas, que era o chefe do Fernando, o tesoureiro... o diretor tesoureiro. Mas o Fernando era a pessoa que executava.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rouseff): Quem do PSDB lhe procurou para fazer as doações? Quem em nome do PSDB lhe procurou?

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): A mim?

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rouseff): É.

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Olha...
é...

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rouseff): Para a campanha de 2014.

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Dois mil
e...

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rouseff): Dois mil e quatorze.



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Dois mil e quatorze, especificamente. Fui procurado pelo – eu não sei se ele era secretário ou o que ele era na época –, esqueci o nome do rapaz. Mas o secretário... partido tem secretário geral?

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Eu não sei.

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Também não sei como é que é. Mas não era o tesoureiro. Fui procurado pelo Senhor Osvaldo Borges da Costa, também, que era... trabalhava não sei em que função lá, com o candidato. E, basicamente, essas demandas vinham através deles. O outro nome, sinceramente, eu precisaria de ver a lista das pessoas para poder me lembrar do nome.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Osvaldo Borges?

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Osvaldo Borges, com certeza.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Quantas vezes o senhor esteve com ele?

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Eu estive com ele uma vez.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Uma vez?

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): É.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): E chegou a falar de valor?



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Não. Eu que comuniquei.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Ah, o senhor disse que ia...

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Eu é que comentei.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): ... nos seus dez milhões.

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO: Inclusive, existem até... foram divulgadas mensagens trocadas entre eu e o Osvaldo, ele agradecendo. Porque, coincidentemente, saiu no mesmo dia da... essa doação maior saiu no mesmo dia da doação da Dilma.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Bem, antes de encerrar, apenas para (inaudível)... eu imagino que...

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): ... a quantidade de gente, funcionários...

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): (inaudível) ... funcionários... a corrupção, então localizada em (inaudível), o que eu queria saber é: Nós estamos falando apenas de Belo Monte e estamos falando de Petrobras? Onde...

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Eu acho que nós estamos falando do setor industrial, que é a Petrobras, basicamente, e setor de energia, que...

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN: Não, nós estamos falando de uma empresa.



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Sim, é só a Construtora Andrade Gutierrez. Mas, com certeza. Eu desconheço... É... por exemplo, a nossa... a nossa área de...

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): O senhor disse no princípio que o seu modelo de negócio, as campanhas, a contribuição oficial para a campanha eleitoral era centralizada no senhor, mas, vamos dizer, a atividade não ortodoxa, a propina era meio descentralizada. Tanto que....

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Na Construtora.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Na construtora?

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Na Construtora. E nas outras áreas, não tinha?

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Em absolutamente. E acho que... que...

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Estradas, aeroportos?

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Não, mas isso tudo é na Construtora. O senhor fala concessões?

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Sim.

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Concessões é uma empresa concessionária, que ela é proibida de doar. Porque quase todas as nossas...



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

10 DE SETEMBRO DE 2016

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Nós não estamos falando de doações oficiais, não é? Aliás, doadas...

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Não, eu já entendi... já entendi a pergunta do senhor.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN: (corregedor-geral eleitoral): Na forma como foi doada, é todas que foram proibidas. Estou interessado em entender o contexto geral, em que esse negócio, esse modo de fazer negócio ocorreu.

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Olha, deixa eu contar pro senhor, porque isso faz parte de vários depoimentos meus.

Eu, como presidente do Grupo Andrade Gutierrez, nunca, nunca fui consultado, perguntado, informado, solicitado para tratar de propina a agente público, seja da Petrobras, da Eletrobras, de Angra, de qualquer... Valec, estadual, governador. Nunca... esse assunto nunca chegou pra mim. Nunca.

Se o senhor falar assim: mas o senhor é uma...

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral) Mas e o 1%, por exemplo, tinha o mesmo sistema.

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Com... ma... essas são... essas suas as duas exceções.

E por quê que em Belo Monte o assunto chegou pra mim? Porque naquele projeto a Andrade Gutierrez estava fazendo um investimento e pretendendo ser uma construtora, fazer a obra da usina e investir.

Ora, ela ia colocar o dinheiro dela junto com os outros sócios dela, e ela seria a responsável por gerir a construção. Então, é uma coisa, assim, meio... é... sem cabimento achar que quem está investindo vai pagar uma comissão pra quem tá construindo, sendo que são entes do mesmo corpo.

AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

Então, quando você está investindo, e quando você está construindo, no caso da Andrade, é aonde a minha participação era requerida. E tivemos vários investimentos onde a Andrade entrou como investidora – e a área de investimento dela tem uma empresa chamada Andrade Gutierrez Concessões – e a Andrade Gutierrez Construção construiu. Óbvio, não teve... nunca teve aí uma relação não consentida, não... não legal. Só... só legal.

E... e... e essas áreas de concessão, eu desconheço qualquer... qualquer, nunca ouvi falar. Como eu nunca tinha ouvido falar, eu fui conhecer pessoas que supostamente foram – que foram acusadas de supostamente terem feito parte do esquema da Andrade Gutierrez na Petrobras –, eu fui conhecer essas pessoas e as empresas deles... ouvi falar das empresas, quando eu estava preso.

Vou falar os nomes. O senhor Mário Goes, eu conheci na cadeia; os diretores da Petrobras, com exceção do Paulo Roberto, que eu não me encontrei com ele na cadeia, os outros todos, que é: Cerveró, Duque, Zelada... mais um... Zelada, Duque, Cerveró...

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): (inaudível)

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO: Não. Esse eu não conheci também. Quer dizer, esses três, eu conheci na cadeia.

O Senhor Mário Góes, que é supostamente o intermediário entre a Andrade e esses dirigentes, eu o conheci na cadeia. O Senhor Adir Assad, que supostamente foi intermediário também de propinas, eu o conheci na cadeia. Nunca... nunca ouvi falar.

Esses assuntos não eram trazidos na *holding*, aonde eu presidia. Porque as empresas, elas têm autonomia. E essa autonomia, o senhor pode falar: mas não é possível! Não. Digo: é possível, e aconteceu.



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenação de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

10 DE SETEMBRO DE 2016

Eu participei – e assumi e assumo – desses dois eventos e de mais alguns eventos no processo eleitoral. Como, por exemplo, em 2010, a pedido do PT, nós contratamos uma empresa chamada Pepper para prestar um serviço simulado para nós, na verdade pagando a conta do PT, na época, em 2010. Isso fez parte de meu depoimento.

Então... é... não...

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Minha última pergunta, já bem para fechar, mas contextualizando. Estes atos impróprios ocorreram apenas nesse período ou isto é algo que já ocorria anteriormente? Ou é uma invenção, uma novidade trazida por determinado político...

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Olha, eu...

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): ... à presidência da República?

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Olha, eu...

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Não, não. Como perguntou para mim. Dando a sua opinião geral, mas como empresário na sua empresa.

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): É... eu assumi a presidência do Grupo Andrade Gutierrez em fevereiro de 2008. É... de noventa e... de final de 92, quando eu entrei... 93, janeiro de 93, até 2008, eu só trabalhei em telecomunicações, que é a minha especialidade.

E eu só virei presidente – eu fui convidado pelos sócios para ser o presidente do Grupo – porque o negócio de telecomunicações passou a ser em 2008 o maior negócio do Grupo; passou a ser a maior empresa do Grupo, com todas

AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

nossas atividades em tecnologia e telecomunicações. Não é uma coisa que foi, assim, de domínio tão público para... as pessoas não entendiam – mas eu... milhares de entrevistas mostrando isso. E os relatórios de administração da Andrade Gutierrez mostram isso.

Por isso é que eu fui convidado para ser presidente do Grupo. E eu não tinha nenhuma experiência, nem nunca tive, na área de construção. Na área de concessões e atividades reguladas eu tinha muito, porque eu dirigia a Telebras e a Telemig na década de 80 e começo da década de 90. Eu vim da área pública.

Então eu não posso, de forma nenhuma, dizer que isso foi invenção de um partido político; não posso dizer que isso era... é... que os desvios que aconteceram não tinham acontecido no passado – não sei, não tenho a menor ideia, não vivi, não foi uma experiência vivida por mim –, e essa parte da propina propriamente dita, a dirigentes e agentes públicos, o que eu sabia, sabia pelos jornais – eu acho que tanto quanto a população brasileira. Mas não dentro da Andrade Gutierrez. Na minha atividade nunca isso aconteceu.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Ministério Público?

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Senhor Otávio Marques, nós agradecemos muito a sua colaboração hoje e declaro encerrada a oitiva.

Vou pedir para o senhor que aguarde para assinar o termo.

O SENHOR OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO (depoente): Tá bom.

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Obrigado.